

A Crítica ao Revisionismo Neofreudiano por Herbert Marcuse.

Polyana Stocco Muniz – polyanamuniz@usp.com.br

Paulo César Endo – pauloendo@uol.com.br

Instituto de Psicologia – USP – São Paulo

Pretende-se, no texto que se segue, expor as críticas mais essenciais dirigidas por Herbert Marcuse, membro do Instituto Frankfurt, ao movimento dos Revisionistas Neofreudianos, a tendência em psicanálise mais popular em meados da década de 40 e 50. Marcuse publicou o artigo *Crítica do Revisionismo Neofreudiano* em 1955 e, posteriormente tal artigo se tornou o epílogo de seu livro *Eros e Civilização*. Sabe-se que nesse livro Marcuse se aproxima da psicanálise, mas não sem antes se diferenciar dessa tendência que, segundo ele, transformou a psicanálise em *ideologia*. Esse posicionamento de Marcuse é o que será desenvolvido a seguir.

1.1 As escolas culturais e interpessoais como centro da análise de Marcuse e o viés ideológico de suas revisões dos conceitos freudianos.

O epílogo crítico de Herbert Marcuse (1981) inicia-se com uma afirmação importante: “A Psicanálise alterou a sua função na cultura do nosso tempo [...]” (p. 205). É justamente sob essa perspectiva que sua análise se segue: ele associa as mudanças que aconteceram no movimento psicanalítico rente às transformações sociais importantes ocorridas durante a primeira metade do século XX.

O colapso da era liberal e de suas promessas, a tendência expansionista do totalitarismo e os esforços para neutralizar essa tendência estão refletidos na posição da Psicanálise. Durante os vinte anos de seu desenvolvimento, antes da Primeira Guerra Mundial, a Psicanálise elaborou os conceitos para a crítica psicológica da mais altamente louvada realização da era moderna: o indivíduo. Freud mostrou que a coerção, a repressão e a renúncia eram materiais de que se fabrica a ‘livre personalidade’; ele reconheceu a ‘infelicidade geral’ da sociedade como o limite intransponível de cura e normalidade. A Psicanálise era uma teoria radicalmente crítica. Mais tarde, quando a Europa central e oriental se encontrava em convulsão revolucionária, [...] a concepção psicanalítica do homem, com sua crença na imutabilidade básica da natureza humana, impôs-se como ‘reacionária’; a teoria freudiana *parecia* implicar que os ideais humanitários do socialismo eram humanamente inatingíveis. (MARCUSE, 1981, p. 205. Grifo nosso.)

Ele desenvolve seu exame tendo como parâmetro a história, entretanto, o faz ‘por dentro’, seguindo a letra daqueles que escreviam a Psicanálise pós-revolução Russa. Fato é que, esse acontecimento transfigurou sua função na cultura: enquanto se pretendia transformar a vida humana, a dita psicanálise ‘ortodoxa’ impunha barreiras ‘essencialistas’, cristalizadas sob o título de pulsão de morte. Foi, então, aquela conjuntura histórica e política que impulsionou grande número de revisões da teoria Freudiana.

A hipótese da pulsão de morte repercutiu diferentes posições entre os estudiosos de psicanálise. Jung¹ já repensava esse ponto, e diferentemente dele, Wilhelm Reich e alguns Revisonistas Neofreudianos², foram atravessados pelas questões relativas ao socialismo e sob essa perspectiva reconsideraram esse e outros conceitos psicanalíticos. A obra de Reich, para Marcuse (1981), foi a primeira tentativa séria em desenvolver a teoria crítica social implícita em Freud. Para ele, Reich conseguiu estabelecer relações entre as estruturas sociais e pulsionais, revelando na repressão sexual o caráter mantenedor da dominação e exploração social. Porém, ressalta que o limite da produção teórica de Reich esbarra na negligência da dinâmica histórica das pulsões sexuais e sua fusão com os impulsos destrutivos. Ao rejeitar a hipótese de Freud da pulsão de morte e as suas relações com a pulsão de vida, seu conceito de repressão sexual permanece indiferenciado. Isso significa que o seu oposto, a liberdade sexual, independente de sua forma e contexto, é entendida como redentora do ser humano: “[...] a libertação sexual *per se* converte-se, para Reich, numa panacéia para as enfermidades individuais e sociais.” (MARCUSE, 1981, p. 206. Grifo do autor). Assim, os vislumbres críticos-sociológicos contidos nos primeiros escritos de Reich foram sustados, principalmente porque parece que operou um reducionismo: o progresso em liberdade parece constituir uma simples liberação de sexualidade, ou seja, sua constituição como oposto da natureza imutável das pulsões.

Entretanto, mais problemática que a releitura de Reich, foi a das escolas culturais e interpessoais. O centro do movimento revisionista ganhou força nessas escolas, que se constituíram como a tendência mais popular da época. Em sendo assim, as produções dos Revisonistas Neofreudianos, tornaram-se o objeto central de análise de Marcuse nesse epílogo crítico. Sob a solfa das revoluções Europeias, essas revisões propuseram um novo olhar, uma revisão dos conceitos da metapsicologia freudiana, produzindo, segundo Marcuse (1981), uma complicada inversão:

Tentaremos mostrar que, nessas escolas, a teoria psicanalítica converte-se numa *ideologia*: a ‘personalidade’ e suas potencialidades criadoras ressurgem em face de uma realidade que por pouco elimina as condições para a personalidade e sua plena realização. Freud reconheceu a obra da repressão nos mais altos valores da civilização ocidental – que pressupõem e perpetuam a falta de liberdade e o sofrimento. As escolas neofreudianas promovem esses mesmos valores como cura contra a escravidão e o sofrimento – como o triunfo sobre a repressão. Esse feito intelectual é realizado mediante o expurgo da dinâmica instintiva e redução de sua parte na vida mental. Assim purificada, a psique pode novamente ser redimida pela ética idealista e pela religião; e a teoria psicanalítica do aparelho mental pode ser reescrita como uma filosofia da alma. (p. 206. Grifo Nosso).

Marcuse revelou o caráter puramente ideológico das reformulações dos Revisonistas³, dinamizou seus conteúdos espirituais, buscando compreender as condições que levam à aparente autonomia dos seus produtos espirituais em relação ao

¹ Para aprofundar a discussão sobre a revisão de Jung ler o artigo: ENDO, P. *Freud, Jung e o Homem dos Lobos: Percalços da Psicanálise Aplicada*. In: Revista Ágora. Vol. IV, n.1, 2001. p. 115-130

² Pode-se citar alguns autores como os mais reconhecidos desse movimento: Erich Fromm, Karen Horney, Clara Thompson e Harry Stack Sullivan.

³ Marcuse (1981) usa, ao longo do texto, diferentes adjetivações para designar o mesmo movimento: Revisonistas Neofreudianos, Revisonistas, Escolas Culturalistas, Filosofia não-psicanalista, Filosofia moralista do progresso, Neofreudianos, filosofia revisionista.

movimento histórico real da sociedade. Fica claro que em um primeiro momento, o movimento freudo-marxistas deu conta de explicar a relação entre a formação da ideologia e o papel das pulsões, entendendo-as como o que impedia a classe operária de reconhecer seus próprios interesses. A condição sócio-histórica se alterou, conseqüentemente o papel da ideologia também, entretanto, as escolas revisionistas não acompanharam tais transformações e seus conceitos ganharam o caráter de construções espirituais autônomas.

Todas essas alterações estão incrustadas nas vicissitudes do conceito de ideologia em sua apreensão no movimento da história, forma apropriada para buscar as suas significações. As primeiras preocupações com as condições gerais de constituição da pseudo-consciência são decorrente do começo da moderna sociedade burguesa. O iluminismo trouxe a necessidade de buscar a libertação da razão, de livrá-la do que chamava de 'ídolos' ou falsa consciência do mundo, ou enfim, *ideologia*. Este movimento pretendia constituir um mundo melhor sem os medos irracionais anteriores que impediam o desenvolvimento racional do projeto iluminista. Supunham "[...] ser suficiente pôr a consciência em ordem para que a sociedade fique ordenada" (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 191), Julgavam também que a constituição do ser e do mundo estava submetida à formação da consciência correta, ou seja: "[...] a consciência determina o ser." (Ibidem, p.188). A resolução se daria via ciência, pois que com o seu método, modo de operar por excelência da razão, a ideologia, conseqüentemente, desapareceria.

O iluminismo quer e depende do desenvolvimento da razão livre dos ídolos que turvam sua luz para dar base a toda a vida política e social. Horkheimer e Adorno (1973), ante esta postura, apresentam algumas objeções. A principal objeção está na crítica ao pseudo-materialismo que eles dizem encontrar no cerne da ciência iluminista. A ciência mantendo a crença no princípio de que a consciência é que determina o ser, reduz suas vicissitudes ao idealismo quando quer ser seu oposto. Esses autores realizam a inversão marxista desta lógica: Na verdade, são as condições concretas sociais e históricas que determinam o ser e sua pseudo-consciência; já o seu contrário, a razão como redentora, é a crença subjetivista burguesa, sendo a própria essência da ideologia. Com isso, a concepção de ideologia, neste momento histórico e com a crítica acima apresentada, era justificação do existente: consciência objetiva que interliga verdade e inverdade com a função de defender uma condição social que sabe ser problemática.

Para a ideologia ser justificação do existente, Horkheimer e Adorno (1973) acrescentam que a constituição de um produto espiritual autônomo no processo social é condição primordial: somente quando a ciência ainda produz teorias que tentavam explicar e dar sentido ao existente é que se pode falar de uma ideologia dessa forma.

Já na sociedade contemporânea nem mesmo esta condição de autonomia às ciências está posta. "A falsa consciência de hoje, socialmente condicionada, já não é espírito objetivo, nem mesmo no sentido de uma cega e anônima cristalização, com base no processo social [...]" (HORKHEIMER; ADORNO, p. 200). Na verdade, entrega-se à cultura de massa a explicação do existente, não há mais promessa de outro mundo, como faziam os iluministas, não há qualquer perspectiva de transcendência e de crítica, mas sim a duplicação e super-ratificação da situação já existente num processo de pseudo-realismo próprio aos produtos da indústria cultural. "[...] a ideologia já não garante coisa alguma, salvo que as coisas são o que são, até a sua inverdade específica se reduz ao pobre axioma de que não poderiam ser diferentes do que são." (IDEM, p. 203). Hoje ideologia é a própria existência escancarada em toda a sua concreta (pseudo) univocidade.

A transformação do momento histórico, após a segunda guerra mundial, do capitalismo liberal para o monopolista e o aprimoramento das vias e formas de dominação, parecia sugerir uma dificuldade que ia além das dicotomias entre realidade e ideologia. Por isso, toda a compreensão até então da ideologia como instrumento para escamotear a realidade, se transforma na própria realidade. Portanto, a questão não é mais porque a classe operária age contra os seus próprios interesses, mas sim porque age favoravelmente ao sistema que a oprime. (Rouanet, 1989)

A crítica à ideologia construída pela revisão Neofreudiana incidiu sobre efetivação de algumas mudanças teóricas. A espiritualização dos conceitos de personalidade, felicidade e liberdade incorreram na mutilação da teoria das pulsões, minimizando, assim, o papel da sexualidade na constituição humana e também da pulsão de morte. A base material da constituição humana foi entendida como totalmente constituída pela cultura e sociedade, não sendo mais tributária das análises da metapsicologia freudiana. A personalidade, para essa revisão, é definível em termos de valores culturais objetivos, divorciados da base repressiva que nega a realização dos mesmos:

A fim de se apresentarem esses valores como liberdade e plena realização, têm de ser expurgados do material de que são feitos, e a luta para a sua realização tem de converter-se numa luta espiritual e moral. Os revisionistas não insistiram, como Freud fez, no duradouro valor de verdade das necessidades instintivas, as quais devem ser 'dissolvidas' para que o ser humano possa funcionar em relações interpessoais. (MARCUSE, 1981, p. 232)

A neutralização do conflito próprio entre a parte que foi negada pelo princípio de realidade e o existente, e por isso, a afirmação da realização da felicidade, liberdade e personalidade nos termos do existente via resolução moral, é pura construção ideológica que reduz os homens a condição externa dada.

Tal compreensão sucinta e esquemática da crítica de Marcuse a essa escola, não é característica de seu texto, pois suas análises ora falam sobre a espiritualização, ora falam da mutilação da teoria das pulsões, em uma oscilação característica de uma análise dialética que a cada movimento produz um novo aprofundamento da questão. Arriscando seguir esse movimento, não há proposições esquemáticas que lançam luz definitiva sobre as questões a seguir analisadas.

1.2 Os meandros da crítica marcuseana ao Revisionismo Neofreudiano

Marcuse (1981) diz que se podia notar no início do desenvolvimento da revisão, quando Fromm ainda estava no Instituto de Frankfurt, um impulso inicial de libertar a teoria de Freud de sua identificação com a sociedade existente. Erich Fromm, em seus primeiros artigos, descola a psicanálise do existente ao apurar os conceitos que revelam a ligação entre a estrutura pulsional e a econômica, bem como indica a possibilidade de mudança para além da cultura 'patricêntrica e aquisitiva'. Marcuse relembra o artigo de 1932 de Fromm em que ele diz: "O próprio aparelho instintivo é – em certos de seus alicerces – um dado biológico, mas modificável, em elevado grau; as condições econômicas são os fatores primários de modificação". (Fromm⁴ apud Marcuse, 1981, p.207). Portanto, as necessidades libidinais estão subentendidas na organização social da existência humana, e assim, são moldadas e se prestam a dar unidade à sociedade. Fromm nomeia a civilização de 'sociedade patricêntrico-aquisitiva' a fim de caracterizar

⁴ Fromm, E. Zeitschrift fur Sozialforschung. (1932)

uma organização social centrada na figura masculina e com vistas à dominação e é a esses objetivos e finalidades que os impulsos libidinais e sua satisfação são coordenados. No entanto, assim como se moldam ao existente, podem também escapar a ele. Assim sendo, mudanças fundamentais na estrutura social acarretarão mudanças correspondentes na estrutura instintiva. “A estrutura instintiva exige mais do que impede o surto de uma civilização livre [...]” (MARCUSE, 1981, p. 208). Essa é a aposta de Fromm, dizendo que a sexualidade oferece uma das mais elementares e fortes possibilidades de gratificação e felicidade, ou seja, assim como se adequa a organização social, também faz resistência com suas demandas de felicidade que requerem a acessibilidade de meios materiais para a sua satisfação.

Com essa questão, desenvolvida pelo Fromm antes de sua inserção nas escolas culturais, Marcuse (1981) concorda, pois o conteúdo social da teoria freudiana torna-se manifesto: “[...] o apuramento dos conceitos psicanalíticos significa o apuramento de sua função crítica, sua oposição à forma vigente de sociedade”. (MARCUSE, 1981, p.209). As necessidades libidinais impelem o desenvolvimento no sentido de sua gratificação universal. Denota-se, então, um papel fundamental da sexualidade como força produtiva, caracterizando, assim, o núcleo da crítica-sociológica da Psicanálise.

Ao tentarem solucionar o mal-estar do civilizado por meio de práticas psicoterápicas, os Neofreudianos afirmam a possibilidade de desenvolvimento da personalidade total, isto é, um fortalecimento de vicissitudes interiores da personalidade humana que fariam frente às mazelas do mundo exterior. A meta da terapia vale-se da constituição de uma ‘personalidade total’, uma personalidade fortalecida, colocando-a como meta, o ideal de desenvolvimento, ou a própria orientação produtiva, como desenvolvida por Fromm em seu livro *Análise do Homem*. O efeito desta concepção sobre a teoria é o expurgo da dinâmica instintiva e redução de sua parte na vida mental. Freud, contrariamente, revelou ser obra da repressão a própria formação da personalidade.

O Fromm revisionista centra suas análises do indivíduo nas vicissitudes da sociedade atual e nega a formação total do homem por meio das forças arcaicas.

Nessa revisão:

[...] fatores e relações secundárias (da pessoa adulta e seu meio cultural) receberam a dignidade de processos primários – uma mudança de orientação destinada a enfatizar a influência da realidade social sobre a formação da personalidade. Contudo, acreditamos ser exatamente o oposto que acontece – que o impacto da sociedade sobre a psique é enfraquecido. Enquanto Freud, focalizando as vicissitudes dos instintos primários, descobriu a sociedade na mais recôndita camada do gênero e do homem individual, os revisionistas, visando mais à forma coisificada e comum do que à origem das instituições e relações sociais, não foram capazes de compreender o que essas instituições e relações fizeram à personalidade que elas, ao que se supunha, tinham de satisfazer. (MARCUSE, 1981, p.207)

Fazer o movimento contrário ao que Freud fez, ou seja, centrar as análises nas vicissitudes da sociedade atual, muito dificilmente nos levará ao indivíduo a não ser em sua forma petrificada. Como ressaltaram Horkheimer e Adorno (1973), reduzir as explicações do mundo ao que já existe, em um processo de hiper-realismo, só faz reproduzir a ideologia de que nada transcende nem o pode fazer sem ser taxado de metafísico e assim, tudo deve se converter no que é, em um conformismo sem saídas.

Disso decorre que a teoria de Freud confrontada com as escolas revisionistas, revela mais do que nunca a profundidade de sua crítica e também “[...] aqueles de seus elementos que transcendem a ordem predominante e ligam a teoria da repressão com a sua abolição” (MARCUSE, 1981, p.207), pois os revisionistas, ao enfatizarem a influência da realidade social sobre a formação da personalidade, negam o conflito entre indivíduo e civilização, identificando-o com a sociedade hodierna. Ao enfraquecer a concepção psicanalítica, principalmente a teoria da sexualidade, a crítica sociológica perde sua significância e, assim, reduz a substância social da Psicanálise, dessexualizando-a.

Foi esse o feito das escolas culturais. À primeira vista, quando tomamos contato com conceituações sobre as relações histórico-sociais entre vicissitudes pulsionais e suas possibilidades de satisfação, percebe-se a latente substância social da psicanálise. Entretanto, a proposta dessa Escola por um sucesso terapêutico que corresponda à constituição da personalidade total produtiva foi o que, paradoxalmente, limou suas possibilidades de crítica e transformação.

Fromm analisa as condições sociais da terapia psicanalítica e mostra que a relação analista/paciente é uma expressão específica de tolerância liberalista. A posição tolerante do analista neutro oculta a verdadeira face de acatamento dos tabus sociais da burguesia. Pretende desenvolver outra concepção de terapia segundo a qual o analista abdica daqueles tabus e ingressa em uma relação positiva ao invés de neutra com o paciente, tendo em vista a incondicional afirmação da reivindicação do paciente à felicidade e à libertação da moralidade. (MARCUSE, 1981)

É nessa proposta da Escola Revisionista que Marcuse localiza a paradoxal saída repressiva da terapia. A reivindicação de felicidade e o desenvolvimento produtivo da personalidade, propostos no processo psicoterápico, só são plausíveis se forem redefinidos a ponto de serem compatíveis com os valores prevalecentes, e para isso precisa ser internalizados e idealizados. Se, ao contrário, essa reivindicação de felicidade for seriamente afirmada, o conflito entre indivíduo e sociedade se agrava, pois claramente, em uma sociedade repressiva, aquelas possibilidades não estão em seu horizonte e, portanto, se afirmados como caminhos possíveis dentro dessa organização, como o fazem os revisionistas por meio da terapia, tornam-se repressivos.

O esforço de Marcuse é o de mostrar, por contraste às características predominantemente repressivas do movimento revisionista, as implicações críticas da teoria psicanalítica. Já que há uma ênfase na terapia, outra distinção precisa ser feita: entre as concepções de teoria e terapia. Para Freud, segundo Marcuse (1981), a relação entre teoria e terapia era discrepante, enquanto a primeira reconhece a origem e manutenção da doença do indivíduo no mal-estar de sua civilização, a terapia procura o alívio da enfermidade em uma civilização doente, porém sem que se lhe entregue inteiramente. É a tentativa de aceitação do princípio de realidade com sua conseqüente concordância individual da arregimentação civilizada. Algo permanece irreduzível, premências do princípio de prazer não cessam de retornar no homem civilizado: “Repressão e infelicidade *têm de ser*, se quisermos que a civilização prevaleça. A ‘meta’ do princípio de prazer – ou seja, ser feliz – ‘não é atingível’, embora o esforço para atingi-la não seja nem possa ser abandonado” (MARCUSE, 1981. p. 211).

Em conformidade com sua convicção de que a base repressiva da civilização não pode ser alterada de modo nenhum, nem mesmo na escala supra-individual ou social, Freud conclui que é tarefa do analista aceitar a estrutura social de fatos em que o paciente tem de viver e que ele não pode alterar.

Nesse ponto, Marcuse (1981) posiciona-se: “[...] os vislumbres críticos da Psicanálise só ganham sua plena força no terreno da teoria e em particular, talvez, onde

a teoria se encontra mais remotamente afastada da terapia: na ‘metapsicologia’ de Freud”. (p.212). Posição diametralmente oposta às dos revisionistas que obliteram as diferenças entre teoria e terapia, assimilando a primeira à segunda.

Tal assimilação visando ao sucesso terapêutico deu-se, segundo Marcuse (1981), de duas maneiras. Os conceitos que não são passíveis de verificação direta na clínica, como a hipótese da horda primordial, o parricídio e suas conseqüências, foram minimizados ou mesmo rejeitados. Já outros conceitos foram redefinidos, justamente aqueles que têm por função retratar o conflito entre as premências individuais, pulsionais e sociais. Dentre eles, destaca a relação entre o id e o ego, a função do inconsciente e o significado da sexualidade. Nessa redefinição, “A dimensão de profundidade do conflito entre o indivíduo e a sua sociedade, entre a estrutura instintiva e o domínio da consciência, foi nivelada”. (Marcuse, 1981, p. 212). Aconteceu um retrocesso: a reorientação da Psicanálise traz para o interior de sua teorização a textura da tradicional psicologia do consciente, justamente pré-freudiana. Marcuse pretende, então, analisar essa *nova* teoria, e desconsiderando que tal reorientação visa a uma prática clínica bem sucedida, analisa tais mudanças enfatizando suas conseqüências teóricas, que, de modo geral, entende-as como um retrocesso.

A primeira objeção apresentada pelos revisionistas à teoria psicanalítica é quanto à sua orientação biológica, em que toda a análise sobre o indivíduo e sua neurose concentre-se no passado filogenético e ontogenético. Eles dizem que Freud “[...] interpretou o destino do indivíduo em termos de instintos primários e suas vicissitudes, especialmente a sexualidade”. (MARCUSE, 1981, p. 213). Já os Revisionistas propõem uma redefinição de ênfase, do passado para o presente, do nível biológico para o cultural, da constituição do indivíduo para o seu meio. O objeto de atenção da Psicanálise passa a ser a ‘personalidade total’ em sua ‘relação’ com o mundo, enfatizando os aspectos construtivos do indivíduo e suas potencialidades positivas, que dependem das *relações interpessoais*.

Segundo os Neofreudianos, a sociedade, concebida por Freud, é uma organização estática, pouco se altera ao longo da história humana, e tem por finalidade última desenvolver mecanismos de controle das pulsões do homem. Apresenta-se, então, uma segunda objeção: estudos comparativos de culturas demonstram que o homem não está dotado biologicamente de instintos animais fixos e, além disso, a sociedade não se reduz à função de controladora de impulsos. Fromm desenvolveu essa tendência na análise da pulsão de morte, como já visto. Quanto à imutabilidade imanente da sociedade do mal-estar, os revisionistas:

Insistem em que a sociedade ‘não é um conjunto estático de leis instituídas no passado, no tempo do assassinio do pai primordial, mas, outrossim, uma rede cada vez mais vasta, em constante mutação e desenvolvimento, de experiências e comportamentos interpessoais’. (MARCUSE, 1981, p. 213).

Portanto, negam a imutabilidade social, entendendo a sociedade como um processo dinâmico de relações interpessoais. Aderem aspectos sociológicos em suas análises, acontecendo o que Marcuse (1981) chamou de laboração do óbvio: a sabedoria cotidiana substitui as reflexões teóricas, ficando evidente que são ‘saberes’ incorporados de fora da teoria psicanalítica. Decorre disso uma das críticas mais interessantes feitas por ele, segundo a qual os aspectos sociológicos: “Em Freud, estão incluídos nos próprios conceitos básicos e são por estes desenvolvidos; agora aparecem como fatores externos e não abrangidos naqueles conceitos”. (p. 214).

Desenvolvendo essa tendência, os Revisionistas fazem uma distinção entre bem e mal, entre destrutivo e construtivo em conformidade com o modo de pensar da ideologia predominante. Vale trazer aqui um trecho de um texto de Thompson⁵ apud Marcuse (1981):

Não é possível tornarmo-nos seres humanos, salvo por intermédio da experiência cultural. A sociedade cria novas necessidades nas pessoas [...] Algumas das novas necessidades conduzem-nos em direções construtivas e estimulam novos progressos [...] Algumas das novas necessidades levam-nos numa senda destrutiva [...] (p. 214).

A fundamental concepção teórica de conflito e ambivalência inerente à dinâmica pulsional foi elidida. Em seu aperfeiçoamento, os revisionistas enfatizaram o caráter unilateral de Freud ao adicionarem fatores sociológicos à suas análises e polarizá-los, como comumente o fazem no saber prosaico: as idéias de justiça, igualdade, cooperação são boas, construtivas, já a exploração inexorável dos desamparados e dos bens naturais é destrutiva, e, como não poderia deixar de ser, esses autores concentram-se em acentuar o ‘positivo’ do ser humano. Esquecem-se que esses dois aspectos estão inter-relacionados na própria dinâmica pulsional e que por conta do conflito, um deles se converte no outro, estando coadunados em proporções variadas.

Essa suplementação da teoria freudiana minimiza a extensão e a profundidade do conflito próprio à dinâmica do princípio de realidade e princípio de prazer, consagrando uma falsa imagem da civilização como passível de produzir em nós necessidades ‘boas’ e assim nos redimir desse hiato, bastando ‘escolher’ pela vontade ‘benéfica’. Há, pois, uma confusão que campeia, na filosofia não-psicanalista, entre ideologia e realidade.

A objeção quanto à centralidade da obra freudiana no passado é invertida por Marcuse, revelando sua substância de verdade. Para ele, a teoria está coerentemente orientada a partir da infância, período formativo do destino universal no indivíduo: momento onde as relações mais decisivas são aquelas menos interpessoais, pois os homens estão submetidos tanto à pré-formação filogenética quanto aos cuidados imprescindíveis de terceiros para, assim, ter a *possibilidade* (ou não) de se formar indivíduo, caracterizando-se, deste modo, certa alienação universal a que estamos todos debelados. Ressalta Marcuse (1981):

[...] essa personalidade e o seu desenvolvimento estão pré-formados até as mais profundas camadas da estrutura instintiva e essa pré-formação, a obra da civilização acumulada, significa que as diversidades e a autonomia de ‘crescimento’ individual são fenômenos secundários. (p. 216)

Além de secundários, considerá-los como subproduto direto do desenvolvimento humano é no mínimo falacioso, pois essa possível unicidade criadora e autônoma, a personalidade total, foi soterrada pelo processo de acomodação das expressões de personalidade a uma única categoria social. Do múltiplo fez-se o um:

Esse processo, que foi completado na ‘cultura da massa’ dos mais recentes estágios da civilização industrial, vicia o conceito de relações interpessoais se pretender significar mais do que o fato inegável de que todas as relações em que o ser humano se encontra são relações com outras pessoas ou abstrações delas. Se, para além desse truísmo, o conceito implica mais – nomeadamente, que ‘duas

⁵ Thompson, C. Evolução da Psicanálise.

ou mais pessoas acabam definindo uma situação integrada' que é composta de 'indivíduos' – então a implicação é falaciosa. Pois as situações individuais são os derivativos e aparências do destino *geral* e, como Freud demonstrou, é o último que contém a chave para o destino do indivíduo. (MARCUSE, 1981, p. 216-217).

Portanto, os revisionistas não foram capazes de perceber o estado atual de alienação, onde as condições necessárias para o aparecimento do indivíduo não estão dadas, convertendo a pessoa em uma função intermutável e a personalidade em uma ideologia.

Em contraste, os conceitos 'biológicos' básicos de Freud ultrapassam a ideologia e seus reflexos: sua recusa em tratar uma sociedade coisificada como uma 'rede em desenvolvimento de experiências e comportamentos interpessoais' e um indivíduo alienado como uma 'personalidade total', corresponde à realidade e contém a sua verdadeira noção. Se ele evita encarar a existência inumana como um aspecto negativo transitório da humanidade que progride, que caminha para frente, é mais humano do que os críticos complacentes, tolerantes, que estigmatizam a 'inumana' frieza de Freud. (MARCUSE, 1981, p. 217).

Por esse motivo, a profunda intuição que seu conceito estático de sociedade traz é muito mais próximo da verdade do que os conceitos dinâmicos sociológicos revisionistas.

Essa filosofia moralista do progresso tem como valores principais a busca por saúde, maturidade e realização dentro do existente; qualquer um que se desajuste com a vida é entendido como doente. Posição distinta daquela de Freud, em que todas as reservas acerca do objetivo terapêutico são mantidas, principalmente quando se tratava de convenção à sociedade do mal-estar. Transformaram a psicanálise em prática para resignação, sendo que, contrariamente a isso, Freud percebeu a inumanidade básica e comum a todas as sociedades que já existiram, percebeu o denominador comum a todas: a dominação do homem pelo homem. Tal evento reordena a função e finalidade de uma terapia: suas saídas estão submetidas ao mal-estar, tudo o que uma terapia pode fazer é tornar a participação proporcional no fardo comum à humanidade. (MARCUSE, 1981)

Ou se define 'personalidade' e 'individualidade' em termos de suas possibilidades *dentro* da forma estabelecida de civilização, em cujo caso sua realização é sinônimo, para grande maioria, de um ajustamento bem sucedido; ou se define nos termos de seu conteúdo transcendente, incluindo suas potencialidades socialmente negadas, para além (e subentendidas) de sua existência concreta. (MARCUSE, 1981, p. 220. Grifo do autor).

Fromm, segundo Marcuse, ao propor tal realização da 'personalidade' nessa sociedade, imprimiu uma dupla repressão: a 'purificação' do princípio de prazer e a internalização da liberdade e felicidade. A sexualidade afasta-se do eixo central da Psicanálise e, liberdade e felicidade tornam-se valores morais internos. Assim, Fromm revive todos os valores consagrados da ética idealista.

O estilo dos Neofreudianos traz lado a lado termos que demonstram tanto a crítica à economia de mercado e sua ideologia quanto a possibilidade de realizar-se nesse princípio de realidade: a tensão desaparece, "um condicional na medida do possível é o único vestígio que resta da explosiva contradição na finalidade". (p. 222).

Essa ambigüidade da filosofia revisionista a faz parecer crítica quando é conformista, pois:

O caráter da Filosofia revisionista manifesta-se na assimilação do positivo e do negativo, da promessa e de sua traição. A afirmação absorve a crítica. O leitor poderá ficar com a convicção de que os ‘valores superiores’ podem e devem ser praticados dentro das próprias condições que os traíram; e podem ser praticados porque o filósofo revisionista os aceita em sua forma ajustada e idealizada – nos termos do princípio de realidade estabelecido. Fromm, que demonstrou as características repressivas da internalização de um modo que raros analistas fizeram, revive a ideologia da internalização. A pessoa ‘ajustada’ é censurada porque traiu o ‘eu superior’, os ‘valores humanos’; portanto, é acossada pelo ‘vazio e insegurança internos’, apesar de seu triunfo na ‘batalha pelo sucesso’. Muito melhor situada está a pessoa que atingiu uma ‘robustez e integridade interiores’; embora possa ser menos bem sucedida do que o seu ‘vizinho inescrupuloso’, [...] O estilo sugere o *Poder do Pensamento Positivo* a que a crítica revisionista sucumbe. (MARCUSE, 1981. p. 223. grifo nosso)

Fromm criticou os estudiosos que propunham uma análise idealista do homem pela Psicanálise, tentando buscar as raízes dos problemas também na sociedade, no entanto, sucumbiu à própria crítica quando vislumbrou uma saída ou resistência ao princípio de realidade por meio do desenvolvimento de um ‘eu superior’ que, além de ser uma forma idealizada e corresponder aos valores da cultura criticada na medida em que nega as necessidades materiais em favor das necessidades espirituais, Fromm ainda afirma com isso, a possibilidade de realização dos ‘mais altos valores humanos’ na civilização hodierna. Esse é o movimento de inversão ideológica perpetrada principalmente pelas filosofias idealistas e pseudo-empíricas. (MARCUSE, 1981; HORKHEIMER e ADORNO, 1973).

O conceito de ‘eu superior’ é o maior representante desse processo de internalização das aspirações humanas e sua realização. Aliás, ele é a própria imagem desse ser idealizado, onde os conflitos entre suas premências e o social são resolvidos em sua alma, requerendo soluções morais. “A minimização revisionista de esfera biológica e, especialmente, do papel da sexualidade, transfere a ênfase [...] do inconsciente para a consciência” (MARCUSE, 1981, p.225). A gratificação pulsional retrocede para segundo plano e já não é mais importante para a compreensão do homem. A profundidade da repressão social fica reduzida:

[...] a ênfase revisionista sobre a influência das ‘condições sociais’ no desenvolvimento da personalidade neurótica é sociológica e psicologicamente muitíssimo mais incoseqüente do que a ‘negligência’ de Freud, no tocante a essas condições. A mutilação revisionista da teoria do instinto leva à desvalorização tradicional da esfera de necessidades materiais, em favor das necessidades espirituais. (MARCUSE, 1981, p. 225).

Enfim, na filosofia não-psicanalítica, o próprio homem e só ele é responsável por seu sofrimento em civilização. A sociedade, sem dúvida, recebe parcela da censura, mas apenas em segundo plano. É tarefa do indivíduo levar a sério a sua felicidade e enfrentar o seu problema moral e o de sua sociedade. O impacto negativo da sociedade

sobre o sujeito não deve ser visto como impeditivo, mas como um desafio para que pratique “[...] o amor e o pensamento produtivos”. (MARCUSE, 1981, p.226).

O filósofo não-freudiano diz ao sujeito para ser ele mesmo e por si próprio, quando, na verdade, o parêntese onipotente social decide por todos. “Num período de totalitarismo, [...] o indivíduo se tornou tão completamente o sujeitos-objeto de manipulação [...]” (MARCUSE, 1981, p.226). Há um deslocamento do foco de tensão entre o indivíduo e a sociedade, da repressão social para o problema moral: é tarefa da psicanálise “educar” os indivíduos no sentido de alcançar uma atitude religiosa, buscar a força interior na liberdade incondicional que pode ser praticada mesmo sob grilhões.

A evasão da psicanálise para a Ética internalizada e a Religião é a consequência dessa revisão da teoria psicanalítica. Se a ‘ferida’ na existência humana não é operativa na constituição biológica do homem e se não é causada e amparada pela própria estrutura da civilização, então a dimensão de profundidade é removida da Psicanálise, e o conflito (ontogenético e filogenético) entre as forças pré-individuais e supra-individuais manifesta-se como um problema do comportamento racional ou irracional, moral ou imoral, de indivíduos conscientes. (MARCUSE, 1981, p.226-227).

Marcuse entende que a substância da teoria psicanalítica reside na descoberta e descrição da específica dinâmica entre as duas pulsões básicas inconscientes. “Somente a história dessas vicissitudes revela toda a profundidade da opressão que a civilização impõe ao homem”. (p. 227) Ao se desconsiderar o papel constitucional da sexualidade, neutraliza-se o conflito fundamental entre princípio de prazer e de realidade, purificando a natureza pulsional do homem e condicionando-a para atingir, sem faltas, uma felicidade socialmente útil e reconhecida.

Por meio daquela inversão ideológica produzida pelos revisionistas, toda a sorte de alterações em conceitos fundamentais da psicanálise se operou. Nota-se na psicanálise a crítica às falácias apregoadas como felicidade pela civilização e a afirmação da real felicidade como individual, mostrando que não há meios de identificar felicidade com a pura e simples sublimação eficiente no amor produtivo e com outras atividades produtivas. Quando Fromm e seus companheiros afirmaram a formação e busca por um caráter produtivo, negaram o conflito e afirmam o homem bem ajustado e satisfeito no seio de sua civilização.

Freud estabeleceu um elo substantivo entre liberdade e felicidade humana, por uma parte, e sexualidade, por outra; esta última provia a fonte primária para aquelas e, ao mesmo tempo, fornecia a base para a sua necessária restrição em civilização. A solução revisionista do conflito, através da espiritualização da liberdade e felicidade, exigiu o enfraquecimento desse elo. (MARCUSE, 1981, p. 228).

Mais um ponto importante dessa revisão a ser destacado aqui é a reinterpretação de Fromm sobre o complexo de Édipo. Em sua leitura, Fromm minimiza o papel da libido e inverte sua direção interior na teoria freudiana ao transladar o complexo da esfera do sexo para o das relações interpessoais. Para ele, a essência do desejo incestuoso não é o anseio sexual, mas o desejo de conservar-se protegido e seguro. Marcuse ressalta que Fromm coloca em lados opostos liberdade e satisfação quando compreende que nascer é um passo em direção à liberdade e independência da mãe e um afastamento de sua satisfação. O complexo seria, então, um eterno protesto contra a separação da mãe que o protegia.

Para Marcuse (1981), inversamente, o desejo de Édipo é o eterno desejo infantil pela liberdade, sendo a pulsão sexual seu veículo biológico que se revela essencialmente

como anseio sexual direcionado à Mãe, o princípio feminino da plena gratificação. “Eros, aqui, trava a sua primeira batalha contra tudo aquilo que o princípio de realidade simboliza: contra o pai, contra a dominação, a sublimação e a resignação” (p. 229). Posteriormente, a liberdade e a plena gratificação vão ficando associadas a esses princípios paternos:

[...] a liberdade de carência é sacrificada à independência moral e espiritual. É primeiro a ‘ânsia sexual’ pela mãe-mulher que ameaça a base psíquica da civilização; é a ‘ânsia sexual’ que torna o conflito de Édipo o protótipo dos conflitos instintivos entre indivíduo e a sua sociedade (MARCUSE, 1981, p. 229).

Marcuse conclui que essa tentativa de transladar o complexo de uma questão sexual para uma questão de simples relações interpessoais é amenizar um conflito que fundamentalmente constitui a dicotomia indivíduo e sociedade, tentando apagar suas diferenças, falseando, assim, a harmonia entre ambos.

O último ponto da revisão que Marcuse (1981) fez notas foi sobre o conceito de pulsão de morte. A revisão desse conceito se desenvolveu sob três asserções: 1- essa pulsão é entendida mera defesa contra o mundo externo injusto, ou seja, não é uma força autônoma, mas somente uma defesa do ego; 2- ela foi questionada porque não ajuda a entender a dinâmica entre indivíduo e cultura, quando na verdade a estagna; 3- não há dados científicos que comprovem essa hipótese de Freud.

Quanto ao primeiro ponto, Marcuse resgata uma das características essenciais da pulsão de morte. Lembra que esse conceito revelou a oculta ligação inconsciente entre oprimidos e seus opressores, entre escravos e senhores; revelou a ligação íntima entre aquele que engendra um ato de brutalidade e o outro, supostamente passivo. Retira certa singularidade no entendimento dessa relação como pura e simplesmente de dominação unilateral.

A filosofia moralista do progresso dá outro caráter para essa pulsão, pois obliterou aquela revelação por meio da afirmação de que Freud converteu em seu oposto a convicção de que o homem destrói para viver. Para Herbert Marcuse (1981), essa interpretação é equivocada. Freud não supôs a finalidade da vida na destruição, mas sim a incessante atividade antagonista e conciliadora da pulsão da morte com a pulsão de vida.

Novamente, armam-se de saber cotidiano e ideológico para descrever o caráter dessa pulsão em termos de uma mera defesa justa contra o mundo externo. Os revisionistas justificam a necessidade humana de destruição pelo medo de algum perigo iminente de ser violado ou humilhado ou ainda dizem que só se manifesta essa tendência quando a pulsão de vida não está plenamente satisfeita. Na história, muito já se justificou a agressão individual e nacional como reação defensiva a um perigo que ameaça a todos, e, portanto, essa conclusão revisionista nada tem que ver com a Psicanálise.

A segunda e a terceira asserção refere-se ao contraste que esse conceito tem com a orientação sociológica progressiva dos revisionistas: rejeitam-na, pois seu desenvolvimento é a própria explicitação das implicações reacionárias da teoria freudiana que não têm qualquer comprovação científica. Argumentam que Freud compreende o homem como inerentemente destrutivo e infeliz e as razões contidas nas condições culturais específicas que propiciam a destrutividade não são investigadas. A crítica revisionista incide sobre a estagnação da dinâmica cultural e social implícita nesse conceito.

Em sua crítica aos revisionistas, Marcuse (1981) inverte a lógica do argumento. Entende que a paralisia está no objeto e não na teoria. Isto significa que a estagnação

implícita no conceito de pulsão de morte só reflete o torpor social e individual. Os esforços para as transformações sociais são paralisados pelas coações sistemáticas que a civilização impõe às pulsões, e não o contrário. “Freud não acreditou em eventuais mudanças sociais que alterassem suficientemente a natureza humana a ponto de libertarem o homem da opressão externa e interna” (MARCUSE, 1981, p.231). Não são as alterações internas à totalidade, como as lembradas pelos Neofreudianos (eliminação das más características do mercado, da concorrência implacável, etc.), que envolvem uma mudança fundamental tanto da estrutura pulsional como da cultural. Por esse motivo, entende que a consciência freudiana apreende a essencialidade de um dado momento histórico; já, a ‘espiritualização’ das acepções da psicanálise faz o que supostamente critica: estagna o conflito entre indivíduo e sociedade.

Por fim, diz que a rejeição da hipótese da pulsão de morte completa a reversão da Psicanálise. O movimento interno à Psicanálise opera por regressão, sua direção interna para conhecer o indivíduo vai da consciência para a inconsciência, da personalidade para a infância, enfim, do sujeito acabado para as suas origens e recursos, indo para além das formas mistificadoras do indivíduo maduro. Já o programa terapêutico dos revisionistas reverte sua direção, buscando ir do id para o ego, fortalecendo a personalidade total (ou caráter produtivo) e os valores morais internos dos sujeitos, como se estes fizessem devida barreira contra o existente.

Ao inserir aspectos sociológicos, efeito que Marcuse chamou de ‘orientação cultural’ da Psicanálise, os Neofreudianos tratam as instituições sociais e relações sociais como entidades objetivas, produtos acabados capazes de determinar o caráter e a personalidade acima do nível biológico. A aceitação dos fatores sociais exigiu a transferência da ênfase psicológica da infância para a maturidade, “[...] pois que só no nível da consciência desenvolvida o meio cultural se torna definível como determinante do caráter e da personalidade, acima e além do nível biológico.” (MARCUSE, 1981, p. 232). Ao estudar o ser humano no mundo que está imerso, sua ênfase recai sobre o seu desenvolvimento em sociedade e não na infância. Só com todas as reversões realizadas: mutilação da teoria das pulsões, espiritualização de liberdade e felicidade, torna-se possível definir a personalidade em termos de valores culturais objetivos divorciados da base repressiva que nega justamente a possibilidade de sua realização.

Ao abandonar essa insistência, da qual a teoria psicanalítica extrai todas as suas concepções críticas, os revisionistas renderam-se às características negativas do próprio princípio de realidade que eles tão eloquentemente criticavam. (MARCUSE, 1981, p. 232).

Marcuse denominou de regressão crítica esse movimento interno da teoria freudiana que, ao se lançar até a mais profunda camada biológica, pôde elucidar o conteúdo contraditório das formas mistificadoras do indivíduo, bem como, o âmbito da repressão civilizada. Desse modo,

Identificar a energia dos instintos de vida como libido significou definir a sua gratificação em contradição com o transcendentalismo espiritual: a noção freudiana de felicidade e liberdade é eminentemente crítica na medida em que é materialista – protestando contra a espiritualização da carência. (MARCUSE, 1981, p. 232)

A espiritualização das noções de felicidade e liberdade é ideológica na medida em que a sua materialidade nas carências humanas é negada, no entanto, não deixam de ter seu núcleo de verdade. São verdadeiras em si como possibilidades humanas, mas

tornam-se novamente falaciosas se são pressupostas no existente, como fazem os revisionistas. Horkheimer e Adorno (1973) enfatizam essa característica neste trecho:

As ideologias verdadeiras e próprias convertem-se em pseudo-ideologias apenas na relação em que se situam a respeito da própria realidade. Elas podem ser verdadeiras 'em si', como o são as idéias de liberdade, humanidade e justiça, mas não verdadeiras quando têm a presunção de já estarem realizadas (p.199).

A principal tese apresentada no epílogo crítico de Marcuse é a de que os Revisionistas inverteram a direção íntima da teoria de Freud: transferiram a ênfase do organismo para a personalidade, dos alicerces materiais para os valores ideais. Renderam-se à ideologia de um princípio de realidade que produz bens culturais cada vez mais ajustados aos homens, a tal ponto que fica quase impossível descolá-la da consciência humana atual. A cultura não produz mais algo que se possa transcender, mas somente aquilo que produz reconhecimento do mundo, que proclama o existente como sua própria norma. (HORKHEIMER e ADORNO, 1973). Assim, a “nova” teoria da psicanálise sucumbiu à ideologia, principalmente porque nega a metapsicologia, considerando-a como abstrações sem respaldo e centra a compreensão sobre a constituição da personalidade na dinâmica social, negando, desse modo, a transcendência e a crítica a sociedade.

Finalmente, entende-se que o pensamento revisionista psicanalítico carrega um momento de falsidade ao tentar absorver a contradição em que reside a virulência do freudismo, por meio de um sociologismo moralizante que dessexualiza as pulsões, orientando a satisfação do desejo no marco da ordem vigente. Mas mais ainda, segundo Rouanet (1989), além de Marcuse efetuar essa crítica, adicionou uma dimensão nova: “[...] o revisionismo é falso não somente por eliminar idealisticamente a contradição, mas por excluir, a partir das categorias psicanalíticas, qualquer possibilidade de reflexão sobre a utopia” (p.356)

Referências

HORKHEIMER, M. ADORNO, T.W. *Ideologia*. In: Temas Básicos da Sociologia. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973

MARCUSE, H. *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROUANET, S. P. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.